

Parlamentares temem repetição de processo

Receio é de que todos os atos considerados irregulares sejam punidos com pena máxima

BRASÍLIA – A decisão do Conselho de Ética do Senado de aprovar o pedido de processo de cassação, que acabou provocando a renúncia de José Roberto Arruda (sem partido-DF) e o anúncio de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) de que fará o mesmo na próxima semana, foi avaliada com temor no Congresso. Parlamentares afirmaram que a iniciativa abrirá precedentes para que todos os atos considerados irregulares sejam punidos com a perda de mandato e de direitos políticos. O vice-presidente do PFL, José Agripino Maia (RN), resumiu o medo com uma expressão: “A porteira está aberta.”

O presidente do partido, Jorge Bornhausen (SC), condenou o procedimento do Conselho de Ética, que votou o caso sem sigilo e indicando a pena de cassação. “Toda vez que as regras não são respeitadas, o fato pode se repetir. O que aconteceu foi uma arbitrariedade”, condenou. “Isso tudo abre um precedente perigoso pois houve um

julgamento de mérito e não de procedimento”, acrescentou Amir Lando (PMDB-RO).

O relator do parecer que propôs a cassação, Saturnino Braga (PSB-RJ), não se abalou com as críticas nem com a reação de Arruda. Ele assistiu à renúncia sentado no mesmo lugar de sempre no plenário (atrás, à esquerda) e, como o presidente do Conselho de Ética, Ramez Tebet (PMDB-MS), e o senador Pedro Simon (PMDB-RS), não cumprimentou o parlamentar.

Apesar da demonstração de solidariedade e consternação, os senadores reconheceram que o ato de Arruda foi um alívio para a maioria. “É uma demonstração de que o Senado está interessado em mudar sua imagem e mostra que o povo passa a olhar com mais respeito para ele”, afirmou o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM). “Quem fere o decoro parlamentar e comete atos ilícitos não pode permanecer na vida pública”, disse Maguito Vilela (PMDB-GO).

Para o presidente da Comis-

são de Infra-Estrutura do Senado, José Alencar (PMDB-MG), a Casa provou que está disposta a mudar sua imagem negativa. O deputado petista José Genoino (SP) acrescentou que a iniciativa provoca uma nova visão da categoria política no País. “Os políticos não poderão mais fazer o que vem à cabeça.” Pedro Piva (PSDB-SP) concordou com os reflexos da decisão.

“Foi a melhor opção para Arruda, pois evitará desgaste maior para o Congresso.”

LANDO:
“ISSO ABRE
PRECEDENTE
PERIGOSO”

Crítica – O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

(CNBB), d. Jayme Chemello, criticou a legislação brasileira por permitir que políticos escapem da cassação de direitos políticos ao renunciarem. “Isso não é muito ético, mas lamentavelmente a lei permite”, disse, referindo-se ao ex-senador Arruda e ao senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), que poderá seguir o mesmo caminho. (Renata Giral-di, Tânia Monteiro, Demétrio Weber e Gilse Guedes)